

STJ00120699

RODRIGO PIRONTI

Coordenador

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SETOR PÚBLICO

2ª edição

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO ●

2024 ✓

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo / Aline Sobreira de Oliveira
Revisão: Gabriela Sbeghen
Capa e projeto gráfico: Walter Santos
Diagramação: Derval Braga
Ilustrações: Bruno Lanza

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P672l Pironti, Rodrigo
Lei Geral de Proteção de Dados no setor público. – 2. ed. – / Rodrigo Pironti. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

541p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-65-5518-731-1
ISBN digital 978-65-5518-732-8

1. Direito Público. 2. Lei Geral de Proteção de Dados. 3. Dados pessoais.
I. Título.

CDD 342
CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONTI, Rodrigo. Lei Geral de Proteção de Dados no setor público. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 541p. ISBN 978-65-5518-731-1.

SUMÁRIO

TARJAR OU MASCARAR DADOS PESSOAIS EM ATOS OU CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL		
Rodrigo Pironti	21
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: OS AGENTES DE TRATAMENTO E O ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO		
Rodrigo Pironti	33
I	Introdução	33
II	Os controladores e operadores de dados no setor público	34
III	Os encarregados de dados em âmbito público: atribuições, garantias e forma de nomeação	40
IV	Conclusão	43
BREVE ENSAIO SOBRE O ENCARREGADO DE DADOS (DATA PROTECTION OFFICER DPO) E A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DOS DADOS NO BRASIL		
Rodrigo Pironti	45
1	A figura do encarregado de dados ou DPO (<i>data protection officer</i>)	45
2	A estrutura de governança de dados: uma definição necessária	50
DIREITO À REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO		
Rodrigo Pironti, Mariana Tomasi Keppen	59
	Introdução	59
I	O direito à revogação do consentimento	61
II	Os requisitos de validade do consentimento	61

I.II	O atendimento à solicitação de revogação do consentimento	63
I.III	A viabilidade e consequências da retirada do consentimento	65
II	O uso da base legal do consentimento pelo Poder Público	67
	Conclusão	69
	Referências	70

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL

Rodrigo Pironti, Eduardo Ramos Caron Tesserolli	71	
1	Aspecto fundamental da LGPD	71
2	Algumas definições de dados pessoais na LGPD	73
2.1	Dados da pessoa natural identificada ou identificável	74
2.2	Dados pessoais sensíveis	75
3	Base legal para o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis pela Administração Pública	76
4	Fundamentos jurídicos para o tratamento de dados sensíveis pela Justiça Eleitoral	79
	Referências	82

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS REFLEXOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim, Rodrigo Pironti	85	
1	Introdução	85
2	Adequação normativa e as atividades dos tribunais de contas	87
3	Aspectos práticos para aplicação da LGPD nos tribunais de contas	92
	Referências	96

O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Pironti, Mirela Miró Zilio	99	
1	Introdução	99
2	A sociedade de informação e a ampliação da memória	100
3	O direito à autodeterminação informativa	105
4	O consentimento no tratamento de dados pessoais pelo Poder Público	109
5	Conclusão	115
	Referências	116

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE UM ADEQUADO E EFETIVO
PROGRAMA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS
NECESSIDADES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA LGPD

André Luiz Bäuml Tesser	119
1 Introdução	119
2 Primeira premissa fundamental: o caráter <i>human centric</i> de um programa de proteção de dados pessoais	123
3 Segunda premissa fundamental: o caráter dinâmico de um programa de proteção de dados pessoais	130
4 Considerações finais	136
Referências	137

LGPD E INFRAESTRUTURA: O PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA

Augusto Neves Dal Pozzo	139
Introdução	139
1 Breves notas sobre o sentido jurídico de infraestrutura	140
2 O princípio da inovação tecnológica	144
Conclusão	148
Referências	149

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA NA LGPD

Beatriz Faria de Almeida Loureiro, Nicolle Bleme,

Rodrigo Fontenelle de A. Miranda	151
1 Introdução	151
2 Governança em privacidade de dados.....	152
2.1 Políticas e procedimentos, <i>compliance</i> e práticas de administração de dados em vários níveis da organização	154
2.2 Gestão de riscos e resposta a incidentes	155
3 Boas práticas.....	157
3.1 Instituição de grupo de trabalho e indicação de encarregado.....	157
3.2 Gerenciamento de dados como um ativo.....	158
3.3 Inventário de dados	160
3.4 Consentimento.....	160
3.5 Canal para recebimento das requisições	161
3.6 Colaboradores treinados	161
4 Conclusão	162
Referências	163

**IMPACTOS DA LGPD E COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO:
NECESSÁRIAS ADAPTAÇÕES CULTURAIS NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA ANTE UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO
CONTÍNUA PARA A MANUTENÇÃO DA BOA GOVERNANÇA**

Bruna Toledo Piza Magacho, Melissa Trento	165
1 Introdução	165
2 Governança pública	166
3 <i>Compliance</i>	168
4 LGPD	175
5 Culturas e cenários da boa governança	181
6 Considerações finais	185
Referências	186

**O PAPEL DA TI NO PROCESSO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO
DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Christian Bachmann, Ana Paula de Campos Serratto	189
Introdução	189
O primeiro ano da GDPR e a criação da LGPD.....	190
Gestão de privacidade da informação – da segurança e das boas práticas.....	191
O papel da TI na gestão de privacidade dos dados pessoais	196
Gestão de privacidade da informação dos direitos do titular.....	197
Cenário atual da gestão de privacidade e segurança da informação pela Administração Pública	203
Considerações finais	204
Referências	205

LGPD X LAI: SINTONIA OU ANTAGONISMO?

Cristiana Fortini, Greycielle Amaral, Caio Mário Lana Cavalcanti	207
1 Introdução	207
2 Direito à privacidade e proteção de dados pessoais	209
3 Direito à informação e os contornos da Lei nº 12.527/2011	214
4 Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados: convergências.....	216
5 O que então muda com a LGPD no âmbito da Administração Pública.....	220
6 Conclusão	225
Referências	226

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO DA LGPD NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Denise de Souza Luiz Francoski	229
1 Introdução	229
2 O projeto de sensibilização como ferramenta essencial no processo de conformidade da LGPD.....	231
3 A relevância da sensibilização “ <i>from the top</i> ”	235
4 As formas de efetivação do programa de sensibilização da LGPD nas organizações públicas: o case do TJSC	239
5 Conclusão	245
Referências	246

A SAÚDE PÚBLICA E A LGPD: UM COMPLEXO, MAS NECESSÁRIO CENÁRIO DE ADEQUAÇÃO

Giovanna Trad, Josenir Teixeira	249
Introdução	249
1 A saúde na Constituição Federal e a obrigação do Estado em disponibilizá-la à população	251
2 A saúde na LGPD	254
3 A proteção de dados pela Constituição	259
3.1 A proteção de dados por outros diplomas jurídicos.....	261
4 A obrigatoriedade de adequação das pessoas naturais e jurídicas – privadas e públicas – à LGPD.....	264
5 Especificidade da relação do Poder Público com os dados pessoais	267
6 Conclusão	274
Referências	276

LGPD E ARBITRAGEM: NOTAS SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NAS ARBITRAGENS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Gustavo Justino de Oliveira, Felipe Razzini, Otavio Venturini	279
1 A proteção de dados e a arbitragem	279
1.1 Jurisdição arbitral para resolução de conflitos relativos à proteção de dados.....	279
1.2 Proteção de dados no exercício da jurisdição arbitral.....	281
2 Diretrizes de proteção de dados adotadas pela comunidade arbitral.....	284
2.1 A esfera internacional.....	284
2.2 A esfera nacional	287
3 Proteção de dados em arbitragens envolvendo o Poder Público: peculiaridades	288

4	Conclusão	293
	Referências	294

DESAFIOS DA LGPD E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS EM ESCALA MASSIVA: CONTROLE TECNOLÓGICO EM SERES HUMANOS COMO RATOS DE LABORATÓRIO

Irene Patrícia Diom Nohara, Fernando Medici Guerra Martins	297
1 Introdução	297
2 O excedente comportamental	299
3 Casos não contados sobre a utilização do excedente comportamental para manipulação de comportamento humano	301
4 O importante passo da LGPD e seus desafios	311
5 Conclusão	313
Referências	315

LGPD: O QUE MUDA NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

Ismar dos Santos Viana, Christianne de Carvalho Stroppa	319
Introdução	319
I A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seus influxos na Administração Pública	322
II A prevalência da competência sancionadora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os parâmetros definidores de responsabilização	326
III A atuação em sistema de rede dos órgãos de controle: a compatibilidade do dever de defesa da probidade na gestão de recursos públicos com os limites inaugurados pela LGPD	329
Conclusão	334
Referências	335

PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

João Pedro Oliveira Stringheta, Tatiana Camarão	339
1 Introdução	339
2 O Judiciário como precursor na implementação da LGPD	339
3 A implementação da LGPD no Poder Judiciário e os desafios enfrentados	342
4 Considerações finais	353

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES

Julieta Mendes Lopes Vareschini	355
1 Do regime jurídico aplicável ao Sistema S	355

2	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S.....	358
3	Conclusão.....	368
	Referências.....	368

DADOS EM PAUTA: A ADEQUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA À LGPD

Mariana Keppen.....	371
Introdução.....	371
Estabelecimento de uma metodologia de adequação.....	372
Módulo I – <i>Data Mapping & Risk Assessment</i>	374
Módulo II – Estrutura organizacional.....	376
Módulo III – Políticas de privacidade e proteção de dados.....	377
Módulo IV – Resposta a incidentes de segurança.....	377
Módulo V – Gestão de terceiros.....	378
Módulo VI – Direitos dos titulares.....	379
Módulo VII – Sistema de segurança da informação.....	380
Módulo VIII – Sistema de transparência.....	381
Módulo IX – Redesenho de processos.....	381
Módulo X – Treinamento e comunicação.....	381
Conclusão.....	382
Referências.....	383

A LGPD E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS

Marcelo Zenkner, Mário Spinelli.....	385
1 Governança e privacidade: uma breve introdução.....	385
2 Base legal para a aplicação da LGPD nas empresas estatais.....	388
3 Roteiro básico para adequação das empresas estatais à LGPD.....	389
4 A proteção de dados pessoais como elemento de um sistema de integridade empresarial estatal efetivo.....	392
5 Transparência <i>versus</i> proteção de dados pessoais: como resolver essa equação?.....	396
Considerações finais.....	399
Referências.....	400

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PARA O SISTEMA S, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OSCIPS: COMPARTILHAMENTO DE DADOS, GOVERNANÇA E A EXIGÊNCIA DO ENCARREGADO

Marcos Ehrhardt Júnior, José Luiz de Moura Faleiros Júnior.....	401
1 Introdução.....	401
2 O interesse público e sua realização para além das estruturas estatais.....	402

2.1	O Sistema S.....	405
2.2	Organizações Sociais e OSCIPs.....	406
3	Reflexos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	408
3.1	Compartilhamento de dados.....	411
3.2	Governança de dados	415
3.3	O encarregado.....	421
4	Considerações finais	424
	Referências	426

CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

Marcus Vinícius Reis de Alcântara, Paulo José Ribeiro Alves	431
--	------------

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS APLICADA AOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

Maurício Zockun, Dixmer Vallini Netto	445
Introdução	445
A atividade notarial e de registro.....	447
A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	450
LGPD aplicada aos notários e registradores.....	451
Conclusão	458

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO FATOR GERADOR DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ronny Charles Lopes de Torres, Davidson Lopes Sousa de Brito	461
1 Introdução	461
2 A Lei Geral de Proteção de Dados e os contratos administrativos ..	463
3 Reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos ..	466
4 As obrigações impostas pela LGPD como fator gerador de desequilíbrio econômico do contrato	469
5 Conclusão	472

LIMITES AO COMPARTILHAMENTO DE DADOS: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Sandro Tomazele.....	473
Introdução	473
Compartilhamento de dados.....	473
Compartilhamento de dados por órgãos e entidades públicos	474
Limites estabelecidos pela LGPD	475
Funções, papéis e responsabilidades relacionados ao compartilhamento de dados.....	476
Boas práticas de segurança da informação para o compartilhamento de dados.....	478
Desafios ao compartilhamento seguro de dados	481

Desafios relacionados à tecnologia.....	483
Recomendações para organizações.....	485
Conclusão.....	485

PESQUISA CLÍNICA E LGPD

Silvio Guidi.....	487
1 Noções introdutórias sobre proteção de dados	487
2 Noções introdutórias sobre pesquisa clínica	488
3 A proteção de dados de saúde a partir do advento da LGPD	492
4 A dispensa de consentimento do titular para as hipóteses em que o tratamento dos dados ocorrer por “órgão de pesquisa”	493
5 Anonimização e pseudonimização de dados	495
6 O banco de dados e o dilema envolvendo a LGPD na pesquisa clínica	496
Referências	498

A FUNÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Sólon Cícero Linhares, Luiz Henrique Cardelli	499
1 Introdução	499
2 O conceito de dados pessoais e o bem jurídico tutelado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	501
3 A relevância dos dados pessoais no contexto da criminalidade de <i>powerful</i>	504
4 A importância dos dados pessoais para a investigação criminal e políticas de segurança pública	506
5 A proteção dos dados pessoais à luz dos princípios constitucionais penais	509
6 Os modelos de proteção de dados	510
7 A proteção de dados no Direito Comparado	511
7.1 A proteção de dados da União Europeia	511
7.2 A proteção de dados no Direito norte-americano.....	513
8 Os limites do Estado na utilização dos dados pessoais para investigação criminal e políticas de segurança pública.....	513
9 Conclusão	515
Referências	515

O TELETRABALHO E O “NOVO NORMAL” NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: BALANÇO ENTRE A REDUÇÃO DE CUSTOS E OS RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Walter Cunha, Bruno Affonso, Juliana Legentil.....	519
1 Introdução	519

2	Discussão sobre <i>BYOD</i> e <i>BYOD</i> invertido	522
3	Análise de cenários e implicações	522
3.1	Arranjo A1: equipamentos, conexão e aplicações por conta do trabalhador	522
3.2	Arranjo A2: equipamentos e conexão por conta do trabalhador, aplicações por conta do empregador	524
3.3	Arranjo A3: equipamentos e aplicações por conta do empregador, conexão do trabalhador	525
3.4	Arranjo A4: equipamentos, aplicações e conexão por conta do empregador	527
4	Conclusão	528
	Referências	528
	SOBRE OS AUTORES	531